

Pobreza irá crescer temporariamente, dizem especialistas

Atualmente, Rio Grande do Sul tem apenas 2,5% da população abaixo da linha de miséria, o segundo menor percentual do país

Por Cássia Almeida — Do Globo

28/05/2024 05h01 - Atualizado há 7 horas

Retrato social

Indicadores de renda no Rio Grande do Sul

Parcela da população na pobreza ou na extrema pobreza* (2022) - em %



Indicadores econômicos (2021)

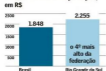
A economia do Rio Grande do Sul representa 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional

O PIB per capita é de R\$ 50.694, 20% maior que a média do país

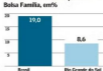
418 municípios afetados pela enchente (emissão de calamidade pública representam 92% do PIB estadual)

78 municípios em calamidade pública respondem por 52,7% do PIB estadual

Rendimento domiciliar per capita, em R\$



Parcela dos domicílios que recebem Bolsa Família, em%



População que recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC), em %



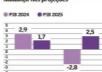
Índice de Gini (quanto mais perto de 1, mais desigual é a sociedade)



Taxa de desemprego 1º trimestre de 2024, em %



Mudança nas projeções



Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Continua (rendimentos de todos os domicílios), Sistema de Indicadores Sociais, do IBGE, e Tendências Consultoria.

*Rendimento domiciliar per capita de até US\$ 2,25 por dia. ** Rendimento domiciliar per capita de até US\$ 4,50 por dia.

A pior tragédia climática em mais de oito décadas vai fazer um dos Estados com os melhores indicadores sociais do país experimentar o aumento da pobreza, mas especialistas afirmam que a piora deve ser temporária e pode ser uma oportunidade para aumentar a inclusão social da população mais vulnerável. Marcelo Neri, diretor da FGV Social, diz que o desafio será atender os novos pobres que surgiram após as enchentes, pessoas que perderam a casa e vão precisar de transferência de renda.

“Em tragédias climáticas e de acidentes como em Brumadinho [MG], você tem a estrutura do cadastro único e dos programas sociais. Adianta pagamento, dá um pagamento a mais”, diz. A questão, aponta Neri, é que, como a população no Rio Grande do Sul é pouco pobre, essa estrutura não está presente no Estado. “A velocidade da política social emergencial será fundamental. O uso do Bolsa Família nessas situações tem sido positivo, mas o problema é que tem de cadastrar os novos pobres do clima”, afirma.

No Estado, 272 mil pessoas (2,5% da população) estavam na extrema pobreza, menos da metade da média do país e o segundo menor índice da federação. As chuvas de setembro, que causaram mais de 50 mortes, já haviam deixado sequelas sociais. “Nas chuvas de setembro de 2023, o Rio Grande do Sul caiu de quarto para sétimo lugar entre as unidades da federação com maior renda domiciliar do trabalho por pessoa. A boa notícia é que a economia gaúcha recuperou já no trimestre seguinte a quinta posição”, diz Neri.

“O consumo deve se recuperar com ajuda humanitária e governamental”

— Alessandra Ribeiro

As previsões mostram um baque na economia gaúcha. A Tendências Consultoria estima que o Produto Interno Bruto (PIB) do Rio de Grande do Sul cairá 2,8% com o impacto das chuvas. Antes, a projeção era de crescimento de 2,9%. Alessandra Ribeiro, sócia e economista da Tendências, lembra que o Estado ainda estava se recuperando das chuvas de setembro, por isso a expectativa de um crescimento bem acima do previsto para o Brasil, que a consultoria estima ser de 1,8% este ano. O esforço de reconstrução tem efeito no PIB. “Estudamos o processo de recuperação de outros eventos climáticos. Ele mostra que o consumo das famílias deve se recuperar mais rapidamente, com ajuda governamental e humanitária”, afirma. Do ponto de vista da indústria, o processo é mais lento. “As empresas não têm a mesma ajuda que as famílias nesse momento.”

Mas o perfil etário pode ajudar os gaúchos na retomada, afirma Neri. Como o Estado tem a população mais idosa do país, uma parcela dos atingidos já recebe aposentadoria, pensão ou benefício de prestação continuada (BPC). “Ao mesmo tempo há o capital social das cooperativas, uma série de programas de microcrédito que serão importantes nesse momento”, diz Neri.

O emprego, após as águas destruírem instalações das empresas, vai cair. Pelas contas da Tendências, as 78 cidades em calamidade pública respondem por 52,7% do PIB estadual. Por isso, pelas estimativas da consultoria, haverá uma queda de 2,2% no número de ocupados, enquanto no país vai crescer 2,4%. “Muitas empresas estão mantendo os vínculos empregatícios. A taxa de desemprego deve aumentar dos atuais 5,3% para 6,1%, ainda assim, abaixo da média nacional de 7,1% (este ano). O ponto de partida é muito melhor do que o resto do país”, diz Ribeiro.

Laura Machado, professora do Insper e ex-secretária estadual de Assistência Social de São Paulo, diz que a reconstrução pode ter esse foco, de inclusão produtiva. É o próximo passo ao atendimento emergencial desses novos pobres. “Temos que garantir que não sejam novos pobres. Mas há uma oportunidade para resgatar quem não tinha sido resgatado antes das enchentes, com uma reconstrução inclusiva, com arranjo produtivo local, com a inserção no trabalho. Voltar para um lugar melhor”, explica.

Maurício Paixão, professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), lembra que as áreas de maior vulnerabilidade social em Porto Alegre foram as mais afetadas pela tragédia. “Os bairros mais atingidos são aqueles onde o serviço de limpeza demorou mais a chegar ou há mais complexidade na limpeza”.

Professor e coordenador do Grupo de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos da UFRGS, Guilherme Fernandes Marques afirma que está faltando ação integrada entre os governos municipal, estadual e federal no planejamento da reconstrução das cidades mais atingidas. Foram 418 municípios dos 497 do Estado afetados pela enchente, em emergência ou em estado de calamidade pública. “Há dois problemas: a falta de articulação entre os governos e a visão da bacia hidrográfica. A solução para a cheia não virá da soma de soluções individuais. Não é possível um município fazer uma obra que prejudica o outro”, diz.

Ele estima que para recuperar toda a infraestrutura destruída - aeroporto, estradas, instalações elétricas e hidráulicas - vai demorar de dois a três anos. E a reconstrução será em outras bases. “Temos que aprender a conviver com a cheia, como o Nordeste busca conviver com a seca. Se não incorporarmos o risco no planejamento do uso do solo e recursos hídricos, vamos continuar a construir na beira do rio, a população mais pobre vai continuar ocupando essas áreas e correr mais risco”.